



Metas Anuais

Segundo o § 1º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas e despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

A fim de dar cumprimento a esse preceito da LRF, elaboramos o Demonstrativo de Metas Anuais.

Metodologia das Estimativas de Receita e Premissas de Cálculo para o Período 2025 a 2027

Em cenário pós-pandêmico, a economia nacional segue trajetória de recuperação. O Produto Interno Bruto – PIB de 2023 acaba de ser apurado, o qual repete o mesmo crescimento de 2022, que foi da ordem de 2,9% (dois vírgula nove por cento), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Este cenário indica que o nosso País mantendo o ritmo de crescimento.

No corrente ano, o PIB deve registrar um crescimento menor, estimado em 1,72% (um vírgula setenta e dois por cento), segundo projeção do Banco Central do Brasil - BCB do dia 1º de março. A projeção de inflação, segundo o BCB, está acima do centro da meta que é de 3% (três por cento), estimada em 3,77% (três vírgula setenta e sete por cento), mas ainda se situa no intervalo de tolerância de 1,5% (uma vírgula cinco por cento).

Na presente Estimativa, se espera que a economia municipal, estadual, federal e internacional possa continuar sua trajetória de recuperação. Mesmo que o PIB do corrente ano seja um pouco tímido, espera-se que a economia melhore a partir de 2025 e nos dois anos subsequentes, com o PIB registrando 1,94%, 2,01% e 1,99%, respectivamente, segundo projeção do BCB, em um cenário moderado, com inflação controlada. Neste cenário, é esperado que a arrecadação da receita municipal reflita a recuperação gradativa, mas segura, possibilitando o alcance dos patamares projetados para o exercício em foco.

A toda evidência, e sempre observando os regramentos legais estabelecidos, mormente as normas da, já consagrada, Lei de Responsabilidade Fiscal, a gestão fiscal municipal está equipada e preparada, fazendo uso de ação planejada e transparente, para prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Reiterando-se, o pressuposto geral de comportamento da Receita Municipal é o da existência de uma alta correlação de seu comportamento com o desempenho de parâmetros de inflação e expectativas de crescimento. Ainda assim em algumas receitas diretamente arrecadadas pelo Município, consideram-se taxas de crescimento real maiores, devido a fatores influentes localizados, como esforços

associados à melhoria de gestão e à diminuição da inadimplência. Também com relação a transferências de tributos estaduais ou federais recolhidos em nosso município, considera-se a influência positiva de esforços para o aumento de participação municipal nos montantes transferidos.

Os indicadores macroeconômicos básicos utilizados para a estimativa da Receita foram:

Ano		2025	2026	2027
PIB	(%)	1,94	2,01	1,99
IPCA-IBGE	(%)	3,59	3,50	3,46
IPM-ICMS	(%)	estável	estável	estável
IPM-FUNDEB	(%)	estável	estável	estável
IPM-IPVA	(%)	0,10	0,10	0,10

Fonte: DRM/SF – PA 5.153/2021 Fls.

Receitas Diretamente Arrecadadas:

Nas Receitas provenientes de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, haverá uma diminuição de **5,84%** para o período 2024-2027. Para o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – Principal (IPTU), a queda será de **18,44%**, e para o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Principal (ISSQN), a queda prevista será de **1,83%** no período. Contudo, para o Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Imóveis – Principal (ITBI) está previsto aumento de **37,36 %**. Para as receitas provenientes de Contribuições, haverá um aumento real no período 2024-2027 de **6,46%**. Nas receitas provenientes de Serviços, a meta de aumento real no período é de **3,24%**.

Nas receitas provenientes de Transferências Federais e Estaduais, cabe salientar que esta é a principal fonte de receitas para o Município, representando mais de 50% da Receita Total Líquida: nas Transferências da União, destaca-se a Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, com aumento real de **2,73%** para o período; nas Transferências dos Estados, destacam-se: transferência da Cota-Parte do ICMS – Principal (a qual representa mais de 50% das Transferências Correntes) com queda real de **3,12%** no período e a Cota-Parte do IPVA apresenta aumento real de **7,10%**, tendo em vista toda influência gradual da economia após enfrentamento da Pandemia Covid-19.

As Transferências do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, criado pela Emenda Constitucional nº 53 de 19 de dezembro de 2006, e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007, em substituição ao FUNDEF), com expectativa de queda real de **2,81%** no período, isso considerando também a Complementação da União VAAR – FUNDEB. Com relação às demais transferências tributárias com origem da União a perspectiva é de instabilidade em conformidade com o desempenho do produto interno bruto e da inflação.

Compondo também as estimativas das receitas, estão às perspectivas de ingressos de recursos das operações de crédito internas e externas para a Execução de Obras de Recapeamento, Revitalização de Praças, Pavimentação e Implantação de



Rotatórias – FINISA, Programas de Saneamento, tal como o CAF – Programa de Macrodrenagem e Controle de Inundações do Rio Baquirivú-Guaçu, onde atenderá em torno de 300 mil pessoas dos bairros onde o mesmo passa, melhorando a qualidade de vida da região, além do PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos - BNDES, além de convênios da União para Obras e outros.



MUNICÍPIO DE GUARULHOS - CONSOLIDADO GERAL							
Tabela Explicativa da Evolução da Receita							
Lei Nº 4320/64 - Artigo 22 - Inciso 3 - Alineas A, B, C							
RECEITA							
RECEITA ARRECADADA NOS TRES ULTIMOS EXERCICIOS ANTERIORES A: 2024				RECEITA PREVISTA			
				EXERCÍCIO CORRENTE	EXERCÍCIO DE		
CLASSIFICAÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
RECEITAS CORRENTES	R\$ 4.577.785.011,00	R\$ 5.479.205.045,00	R\$ 6.949.985.761,00	R\$ 7.103.383.590,00	R\$ 7.539.370.900,00	R\$ 6.929.077.300,00	R\$ 7.329.481.700,00
INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 184.663.632,00	R\$ 197.908.738,00	R\$ 222.616.163,46	R\$ 245.621.320,00	R\$ 255.602.000,00	R\$ 56.467.000,00	R\$ 53.080.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 420.345.100,00	R\$ 559.299.080,00	R\$ 358.125.700,00	R\$ 718.766.200,00	R\$ 252.075.200,00	R\$ 266.279.600,00	R\$ 281.834.100,00
CONTAS							
RETIFICADORAS	R\$ 338.240.800,00	R\$ 437.756.000,00	R\$ 500.322.200,00	R\$ 503.612.600,00	R\$ 491.056.400,00	R\$ 521.013.200,00	R\$ 552.422.000,00
TOTAIS	R\$ 4.844.552.943,00	R\$ 5.798.656.863,00	R\$ 7.030.405.424,46	R\$ 7.564.158.510,00	R\$ 7.555.991.700,00	R\$ 6.730.810.700,00	R\$ 7.111.973.800,00